

Daniel Castro Gomes da Costa

Prefácio

Luís Roberto Barroso

Apresentação

António Eduardo Baltar Malheiro de Magalhães

PARTIDOS POLÍTICOS E COMPLIANCE

Instituição de programa de integridade como
forma de legitimar as atividades partidárias e
consolidar a democracia representativa

Belo Horizonte

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO
2020

PREFÁCIO

EM BUSCA DE INTEGRIDADE.....	15
1 O autor e a sua trajetória.....	15
2 Breve reflexão sobre os temas desta obra.....	16
3 O livro e a sua relevância.....	17
4 Conclusão.....	19

APRESENTAÇÃO.....	21
-------------------	----

INTRODUÇÃO	25
------------------	----

CAPÍTULO 1

PARTIDOS POLÍTICOS.....	29
1.1 Conceito.....	29
1.1.1 Natureza jurídica	32
1.1.2 Função e importância dos partidos políticos.....	34
1.2 Sistema constitucional brasileiro – Pluripartidarismo	36
1.3 Histórico dos partidos políticos no Brasil.....	37
1.4 Princípios e postulados que conduzem a atuação dos partidos políticos	41
1.5 Autonomia dos partidos políticos.....	49
1.6 Criação e registro dos partidos políticos.....	52
1.6.1 Extinção, incorporação e fusão de partidos políticos	57
1.6.2 Renomeação dos partidos políticos	60
1.6.3 Atuais partidos políticos brasileiros	63
1.7 Cláusula de barreira	65
1.8 Órgãos partidários.....	69
1.8.1 Diretórios nacional, estadual e municipal.....	72
1.8.2 Intervenções e comissões provisórias nos partidos políticos	74
1.8.3 Responsabilidade dos órgãos partidários	77
1.9 Privilégios e vedações aos partidos políticos.....	78
1.10 Filiação partidária.....	80
1.11 Espécies de desfiliação partidária	82
1.12 Fidelidade partidária.....	83
1.12.1 Diferenças entre os sistemas majoritário e proporcional.....	84
1.12.2 Possibilidade de migração de legendas e janela partidária.....	86
1.12.3 Infidelidade partidária.....	89
1.13 Competência e procedimento	93
1.14 Convenções partidárias.....	94
1.15 Registro de candidatos.....	97
1.15.1 Coligações.....	100
1.15.2 Preenchimento da cota de gênero	101
1.16 Financiamento dos partidos políticos.....	105
1.17 Aplicação mínima obrigatória em políticas públicas para as mulheres.....	110
1.18 Prestação de contas dos partidos políticos.....	112
1.18.1 Natureza jurisdicional.....	115
1.18.2 Sanção por desaprovação ou não prestação de contas.....	117
1.19 Candidaturas avulsas.....	122

CAPÍTULO 2

PROBLEMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DO SISTEMA POLÍTICO-ELEITORAL BRASILEIRO: PARTIDOS POLÍTICOS E CANDIDATURAS – UMA ANÁLISE LEGAL, JURISPRUDENCIAL E SOCIOECONÔMICA

2.1	Recapitulando: breve histórico do financiamento político-partidário no Brasil.....	127
2.2	Novo modelo de financiamento dos partidos políticos e candidaturas: utilização dos recursos públicos e das contribuições privadas.....	130
2.2.1	Fundo partidário.....	131
2.2.2	Doações privadas.....	132
2.2.3	Fundo Especial de Financiamento de Campanha.....	133
2.2.4	Contratação de parentes e empresas de parentes com recursos do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral Especial de Financiamento de Campanha para atuarem nas campanhas eleitorais	133
2.2.5	Contratação de advogados com recursos do Fundo Partidário para defender filiados em ações eleitorais	135
2.2.6	O “caixa dois” de campanha.....	137
2.3	Políticas paritárias em relação a mulheres e demais minorias.....	139
2.3.1	Fraude à cota de gênero (“candidaturas laranjas”)	140
2.3.2	Não aplicação do percentual mínimo do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para mulheres.....	143
2.4	Fim das coligações proporcionais	145
2.5	Crise ideológica dos partidos brasileiros	146
2.6	Mídia digital e o fenômeno das redes sociais: uma nova realidade.....	148
2.6.1	<i>Fake news</i> : a nova vilã da democracia.....	150
2.6.2	Divulgação da atuação parlamentar e dos candidatos	152
2.7	Proteções de dados	153
2.8	Abusos na utilização dos institutos das intervenções e comissões provisórias	156
2.9	Criminalização da atividade política	158
2.10	Transparência nos partidos políticos	159
2.11	Ausência de democracia intrapartidária	164

CAPÍTULO 3

COMPLIANCE ELEITORAL E PARTIDÁRIO

3.1	<i>Compliance</i>	169
3.1.1	Origem	171
3.1.2	Conceito e objetivos.....	172
3.1.3	Diferenças entre programa de integridade e programa de conformidade	174
3.1.4	<i>Compliance</i> no mundo.....	175
3.1.4.1	Estados Unidos.....	176
3.1.4.2	Canadá.....	178
3.1.4.3	Reino Unido.....	180
3.1.4.4	Portugal	182
3.1.4.5	França	187
3.1.4.6	Austrália.....	188
3.1.4.7	Espanha	190
3.1.4.8	Colômbia.....	192
3.1.4.9	Chile.....	193
3.2	<i>Compliance</i> na Administração Pública.....	194
3.3	<i>Compliance</i> eleitoral.....	197
3.3.1	No Brasil.....	198
3.3.2	Lei Anticorrupção	199

3.3.3	(In)aplicabilidade aos partidos políticos e candidaturas	203
3.3.4	Lei da Transparência	205
3.3.5	Outras legislações	207
3.3.6	Projetos de Lei do Senado nº 60/2017 e nº 429/2017	208
3.4	<i>Compliance</i> e autonomia partidária.....	212
3.5	Medidas de prevenção por meio do <i>Compliance</i>	214
3.5.1	Relacionamento com terceiros	217
3.5.2	Utilização das mídias sociais e combate a <i>fake news</i>	219
3.5.3	Fraude na cota de gênero.....	220
3.5.4	Transparência na prestação de contas	220
3.6	Como implementar um programa de <i>Compliance</i> nos partidos políticos?.....	221
3.6.1	Transparência e eficiência	222
3.6.2	Manual de integridade ou código de conduta	222
3.6.3	Capacitação e treinamento	223
3.6.4	Auditorias independentes e <i>Compliance officer</i>	224
3.6.5	<i>Compliance</i> de dados	225
3.6.6	Cultura do <i>Compliance</i> : ouvidoria, comitês, monitoramento e aprimoramento.....	226
3.6.7	Poder normativo para regulamentar o <i>Compliance</i>	227
CONCLUSÃO		229
REFERÊNCIAS		233

ANEXOS

ANEXO I — Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral sobre partidos políticos.....	255
ANEXO II — Repertório Temático de Jurisprudência.....	257